

4. DA GUERRA AO TERRORISMO AO VAZIO ESTRATÉGICO

4.1 Terrorismo e intervenção americana no Afeganistão

Terrorismo “islâmico”: mitos e realidades

Depois dos atentados de 11 setembro de 2001, a expressão “terrorismo” passou a integrar a linguagem cotidiana em todo o mundo. Contudo, trata-se de um termo empregado de forma ampla e inadequada, com fortes conotações políticas. Assim, tem sido objeto de manipulação, para justificar uma nova agenda internacional. O terrorismo não constitui um fenômeno novo na história e ressurgiu em épocas de crise. Não obstante, há pouco mais de uma década, Hollywood tem estereotipado os árabes como terroristas até a banalização.

Há pelo menos quatro sentidos para a expressão terrorismo. O primeiro se refere ao Terrorismo de Estado, ou “terrorismo desde cima”. Trata-se de atos generalizados de violência sistemática, praticados por governos contra sua sociedade, contra minorias internas ou contra povos dominados, com o objetivo de quebrar a resistência à sua autoridade e impor determinado projeto. A “passivização” da população foi praticada, mais modernamente, pela Alemanha nazista, pelo stalinismo na URSS, e pelos regimes militares latino-americanos. Trata-se de algo polêmico, pois o Estado tende, normalmente, a usar meios repressivos como parte de suas atribuições. Então, há um limite que é ultrapassado, e a repressão se transforma em terror sistemático.

O segundo, mais famoso e consensual, é a execução de atos violentos, especialmente atentados, contra alvos determinados, muitas vezes fora das fronteiras nacionais. Ocorreram amplamente nos anos 1960 e 1970, geralmente ligados a problemas europeus ou do Oriente Médio. Essas ações têm objetivos políticos, seja para chamar a atenção da opinião pública internacional para certos conflitos, ou para criar uma situação insustentável para o inimigo. Esses atos geralmente são praticados por organizações clandestinas, mas também por governos, e tiveram lugar na Espanha, Irlanda, Alemanha e Itália, mas especialmente no Oriente Médio, devido ao conflito entre israelenses e palestinos.

Aqui é importante observar que não apenas os grupos clandestinos perpetraram atos terroristas, mas os Estados que os combatiam também. Os atentados palestinos, (que incluíam seqüestro de aviões com reféns) foram respondidos com atentados israelenses eliminando terroristas, mas também lideranças palestinas. Muitos críticos acusam Israel de praticar uma “política terrorista” nos territórios ocupados, mas isto se referiria ao primeiro tipo. Também é comum que se fantasie sobre a existência de uma “internacional terrorista” vinculando todos os grupos. Todavia, isso está mais no campo dos romances de espionagem do que na realidade, devido à multiplicidade de interesses e rivalidades existentes entre esses grupos, que, muitas vezes, estão infiltrados pelos serviços de inteligência de Estados poderosos.

O terceiro tipo de terrorismo é o que produz o maior número de vítimas e destruições: o terrorismo comunal (ou comunitário) das guerras civis ou “terrorismo desde baixo”. Foi o caso da África Central, dos conflitos na ex-URSS e, especialmente, na ex-Iugoslávia. Trata-se de conflitos desordenados, em que a população civil ou suas milícias intervêm diretamente contra outras comunidades,

geralmente minorias étnicas ou religiosas; uma espécie de “terror coletivo”, visando à eliminação ou expulsão destas. De certa forma, esse tipo de terrorismo está crescendo no Afeganistão, Paquistão e Índia.

Finalmente, o quarto e último tipo, não representa um terrorismo materializado, mas uma espécie de percepção pânica ou “ansiedade global”, como definiu o politólogo britânico Fred Halliday. Trata-se de uma gigantesca orquestração, manipulando o sentimento de insegurança das populações, em uma época de crise e incertezas. Seu objetivo é o de criar um consentimento a medidas repressivas, que, basicamente, implicam perseguição de opositores, simplesmente rotulados de terroristas, justifica a supressão de direitos civis e o desencadeamento de guerras. Atualmente, são estes dois últimos que constituem um grande perigo, o terror coletivo empregado nas guerras civis, e o terror virtual, utilizado para provocar um estado de tensão geral que justifique certos propósitos políticos por parte de governos.

O 11 de setembro e a reação da Guerra Infinita de Bush

Na manhã de 11 de setembro de 2001 aviões de linhas aéreas domésticas americanas foram jogados contra as torres do World Trade Center em Nova Iorque e contra o Pentágono em Washington, enquanto um quarto, que provavelmente visava a Casa Branca, era abatido. O mais fantástico atentado terrorista da história atingia pela primeira vez o território metropolitano americano, golpeando os maiores símbolos do poder financeiro e militar dos EUA (e do Ocidente), no momento em que o país procurava construir um Escudo Anti-Mísseis (que de nada teria adiantado contra este tipo de atentado). É interessante lembrar que dois dias antes, 9 de setembro, o líder da Aliança do Norte (força anti-talibã que controlava ainda uma pequena parte do Afeganistão), Ahmed Massud, foi assassinado por jornalistas árabes com passaportes europeus.

As evidências da responsabilidade do mega-atentado terrorista apontavam para a organização Al Qaeda, liderada pelo saudita Bin Laden, e para o regime talibã do Afeganistão que lhe dava abrigo. Apoiando-se na comoção mundial e definindo que “quem não está conosco está contra nós”, Bush desencadeou a guerra ao terrorismo, que teve como primeiro alvo o Afeganistão. Invadindo e dominando o país, a presença militar americana espalhou-se pela Ásia central, gerando tensão com os vizinhos (especialmente Rússia, Irã e China), bem como desequilibrando as relações entre Índia e Paquistão. Mas Bin Laden e o *mollah* Omar, líder dos talibãs, não foram encontrados.

Os atentados levantaram inúmeras questões, a principal delas sobre o declínio americano, dando certo destaque ao livro de Paul Kennedy, *Ascensão e queda das grandes potências*. Ao mesmo tempo, porém, era invocado o famoso *Choque de Civilizações*, de Samuel Huntington. De qualquer maneira, este acontecimento sangrento e, ao mesmo tempo, impactante, marcou o início do século XXI e do Terceiro Milênio, e faz com que a chamada “Síndrome do declínio do Império Romano” esteja silenciosamente se instalando no coração dos americanos. Posteriormente, o mundo encontrava-se ainda mais instável e os sintomas de crise representavam uma ameaça, tanto no campo político-militar como econômico.

As linhas de continuidade e permanência que marcam o mundo não devem ocultar, aos olhos do bom analista, as tendências de mudança que se esboçam por trás da aparente rotina dos fatos. Neste sentido, o 11 de setembro constituiu um ponto de inflexão de um processo que já vinha ocorrendo. Dito de outra maneira, ele é o símbolo visual de uma crise em desenvolvimento e um evento sinalizador, tal como a

queda da Bastilha o foi em relação à Revolução Francesa. É preciso considerar que o propósito da resposta americana ficou claro pouco depois: o início de uma longa intervenção na Ásia Central e no Oriente Médio, que pouco tem a ver com o atentado em si, ou com a “guerra ao terrorismo”. Por fim, o nó da questão encontra-se no próprio Ocidente e em seus problemas internos, sendo o Oriente Médio apenas uma extensão do problema.

Não foi fornecida nenhuma prova concreta sobre a autoria dos atentados. Aliás, talvez nunca se venha a saber exatamente a real dimensão da trama. É muito difícil crer que os primitivos “homens das cavernas” afegãos tivessem condições de, sozinhos, idealizar e executar um atentado tão complexo e eficaz. Há muitos grupos dentro dos serviços de inteligência, das forças armadas, das classes política, organizações extremistas e da indústria armamentista de diversos países, inclusive dos Estados Unidos, que podem ser considerados “órfãos da Guerra Fria”, e que podem ter ajudado. Mas tudo ficará na especulação. Todavia, mais interessante que as raízes do atentado, foi a resposta da Guerra ao Terrorismo.

Os Estados Unidos necessitavam atacar o Afeganistão, mas por incrível que pareça, o Pentágono não tinha um estudo preparado para esta eventualidade. Foi o diretor da CIA que aproveitou a ocasião, adaptando às pressas planos anteriores para preparar a intervenção. Assim, foi a CIA, e não o Pentágono, que ocupou a posição central nos rumos da guerra. Ainda no final do mês, forças especiais (norte-americanas e inglesas) já ocupavam territórios afegãos a partir do Paquistão. Iniciava-se a operação “Liberdade Duradoura”, resposta militar dos EUA, bombardeando o Afeganistão. As cidades em poder dos talibãs foram tomadas uma a uma pelas forças aliadas, em cooperação com a Aliança do Norte, culminando, em novembro, com a rendição da capital Cabul. A rapidez do recuo e da queda dos talibãs era inesperada, bem como a capacidade da Aliança de ocupar o terreno.

Intervenção, ocupação e resistência no Afeganistão¹

Como foi dito, a operação de invasão dependia de alguns arranjos diplomáticos, basicamente fazer o Paquistão abandonar sua aliança com o regime Talibã (o que teria um custo interno terrível, pois o governo paquistanês se legitimava como defensor do islamismo). Era necessário também, para poder acessar o Afeganistão pelo norte (onde se encontrava a resistência), ter autorização dos Estados da Ásia Central para cruzar o território e estabelecer bases, o que envolvia negociações com a Rússia e a China. Moscou e Pequim aceitaram, sob a condição de que Washington reconhecesse que os rebeldes chechenos e uigures (turcomanos) também eram grupos terroristas, e não “vítimas de repressão estatal”. Obviamente, Washington aceitou.

A situação interna do Afeganistão, que já era terrível para a população, devido à incapacidade administrativa do talibã e as secas que assolavam o país, se tornou ainda pior com os massivos bombardeios de mísseis e bombardeiros B-52, gerando destruição e migrações internas. Forças especiais, em pequenas unidades, mercenários (empresas de segurança privada) e dinheiro e armas para a Aliança do Norte foram mobilizados, enquanto a Força Aérea imobilizava o talibã, que cometeu o erro de reagir com uma guerra convencional, em lugar de abandonar as cidades e montar guerrilhas contra os invasores. É interessante o exagerado lançamento de mísseis caríssimos sobre alvos sem importância: eram, em grande parte, os *Cruise* e *Pershing*, que Reagan instalara na Europa vinte anos antes, e que estavam com o prazo de

¹ Raul Cavedon Nunes, Bolsista do Nerint, colaborou na pesquisa.

validade operacional por vencer. Desmontá-los é caríssimo; então, unindo o útil ao agradável, foram jogados sobre um país primitivo e sem infra-estrutura.

A Resolução 1386, aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU ainda em Dezembro de 2001, autorizou o estabelecimento de uma Força Internacional de Assistência para a Segurança (ISAF) pelo período de seis meses para auxiliar o governo interino do Afeganistão na manutenção da segurança de Cabul e da área circundante. Confirmando o papel estratégico do Afeganistão para a correlação de forças regional e global, a Força, liderada pela OTAN, recebeu aval das Nações Unidas em 2003 para atuar em todo o país, além de ter estendido seu tempo de atuação por várias resoluções posteriores.

Em Bonn, Alemanha, as diversas facções divergentes afegãs estabeleceram um acordo para a formação de um governo provisório, aprovado pela ONU, que discutiria ainda o envio de uma força de paz, o que desagradou a muitos grupos afegãos. Em 22 de dezembro, Hamid Karzai tomou posse como primeiro-ministro de um governo de coalizão, que tinha a responsabilidades de trazer paz e estabilidade para o país destruído.

O Afeganistão pós-guerra é um país arrasado, sem uma força que exerça um real controle do país, sendo que o caos interno que existia antes do regime talibã voltou a se instaurar. Karzai era ironizado como "prefeito de Cabul", pois sua autoridade só abarcava a capital, onde fora instalado e mantido por forças estrangeiras. Os americanos se encarregam de distribuir dinheiro aos chefes das diversas forças da Aliança do Norte, os quais mantiveram o controle e a autoridade sobre determinadas regiões. Nelas, ressurgiram os velhos abusos contra a população, o cultivo de papoula, fabricação de ópio e heroína e o tráfico de drogas, que tornou o país um dos líderes do narcotráfico, já que a passagem pelo antigo espaço soviético rumo à Europa é relativamente simples.

Não ocorreram os prometidos investimentos em reconstrução e desenvolvimento, com a atenção se voltando ao Iraque e o Afeganistão considerado sob controle, apesar de Bin Laden e o *mollah* Omar não terem sido encontrados. A falta de infra-estrutura de transporte, armazenamento e irrigação, além de campos minados que impossibilitam a agricultura e dificultam o pastoreio assolaram o país. Assim, o desemprego é elevado e o descontentamento é grande, agravado pelos constantes bombardeios equivocados à população civil por parte dos aviões robôs norte-americanos (*drones*). A incapacidade de compreender a sociedade local e as primeiras baixas também transformam os simpáticos soldados ocidentais (que esperavam ganhar "corações e mentes" saudando os nativos em sua língua e distribuindo balas e brinquedos) em nervosos e agressivos invasores de residências, em busca de rebeldes.

Ocorre que, acreditando já controlar o país, os EUA começaram a retirar parte de suas forças para enviá-las ao Iraque. Em pouco tempo se formou uma insurgência, denominada de neotalibã, especialmente no sul e leste do Afeganistão, onde era possível cruzar a fronteira paquistanesa e buscar refúgio nas áreas tribais, habitadas também por pushtus. Logo, várias áreas escapam ao controle das forças de ocupação, ocorrem atentados nas estradas e pequenas cidades e a execução de elementos favoráveis às forças estrangeiras. Surge também apoio popular ao neotalibã, devido à ausência da autoridade estatal nas áreas fora dos grandes eixos nacionais. Além disso, os talibãs paquistaneses atacam regularmente comboios de caminhões de abastecimento norte-americanos, que transportam combustível, alimentos, munições e armamentos desde o litoral do Oceano Índico até Cabul. Com frequência quase uma

centena de caminhões são incendiados por pequenos grupos de insurgentes, gerando prejuízos incalculáveis.

Com a incapacidade financeira e administrativa do governo interino do Afeganistão em estimular economicamente e construir estabilidade social e política no país, foram criadas, ainda em 2002, as Equipes Provinciais de Reconstrução (EPRs): unidades civil-militares que operam ao nível provincial e que são lideradas cada uma por um Estado-membro da ISAF. O objetivo central dessas unidades seria o de conduzir operações centradas em governança, reconstrução e desenvolvimento, ou seja, tentar ganhar a confiança da população a partir também de meios não-militares.

As EPRs seguem de certa forma a distribuição dos Comandos Regionais (CRs) da ISAF. Segundo relatório de agosto de 2011, os três CRs das regiões sul e leste do país estão sob a liderança norte-americana; a oeste o comando é italiano e a norte, alemão. A Turquia é a atual líder do CR Capital, constituída pela Província de Cabul. Cerca de 70% das tropas da ISAF (90 de 130 mil soldados) são norte-americanas, estando a maior parte no CR Oriental. Logo depois aparecem Grã-Bretanha (7%), Alemanha (4%), Itália e França (3% cada), Polônia (2%) Romênia e Turquia (quase 1,5% cada), Austrália e Espanha (1% cada); outros 35 países participaram de forma mais limitada.

Em 2004, após a consolidação da OTAN em Cabul, foi adotada uma nova constituição, e eleições presidenciais foram realizadas. A Constituição do Afeganistão mantém o Islã como religião oficial, mas agora permite a liberdade de expressão e prática de outras crenças. Hamid Karzai foi eleito presidente nas eleições de outubro-novembro de 2004. Um ano depois foram realizadas eleições parlamentares, caracterizadas por um grande número de partidos e grupos independentes compondo o parlamento, formado pela Câmara do Povo (Wolesi Jirga) e pela Câmara dos Anciãos (Meshrano Jirga). Apesar do sistema adotado a partir de 2004 ter o presidente como Chefe das Forças Armadas e condutor da política externa, a Assembleia Nacional (parlamento) tem, hipoteticamente, o poder de despedir ministros, de aprovar ou não o estado de emergência e de ratificar tratados e acordos internacionais. Simples mudanças institucionais, por outro lado, não são suficientes para estabilizar um país em constante conflito.

Há uma descentralização do poder político real do Afeganistão. Segundo Khanna (2008) “o orçamento do Afeganistão é quase todo assegurado por ajuda ocidental, mas a maior parte dessa assistência é gasta, na verdade, com despesas gerais, segurança e salários, perdendo-se boa parte do restante no ralo da corrupção”. Enquanto isso, “os senhores da guerra uzbeques, no norte, e os militantes talibãs, no sul, continuam a lutar contra o seu regime, escorando-se em suas próprias milícias e em operações de contrabando de drogas por todos os países vizinhos”.² Após dez anos de ocupação, nota-se que as soluções do Ocidente para o problema afegão não tem funcionado.

Enquanto os Estados Unidos e a Rússia promovem ajuda financeira, cooperam no campo da contra-insurgência e no combate ao narcotráfico, a China trilha outros caminhos. Com poderosas reservas para investimento, o país abre a chamada “Nova Rota da Seda”, em um processo de desenvolvimento rápido das bases da integração econômica da Ásia Central. “A China, discretamente, buscou acordos com o Afeganistão controlado pelos talibãs na década de 1990, e agora pega carona na presença militar da OTAN para apresentar orçamentos depreciados em projetos rodoviários cruciais e grandes contratos de construção ao longo das rotas reativadas

² KHANNA, Parag. **O Segundo Mundo**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008, p. 162idem

entre Cabul e Herat (...) com o objetivo final de dispor de rotas terrestres seguras pelo 'cinturão tadjique' até o Irã, que tem ido ao encontro da China na manipulação de refugiados afegãos, no apoio tático a grupos talibãs e no investimento em projetos de infraestrutura”.³

À medida que a OTAN vai retirando suas tropas, o Afeganistão, assim como o Paquistão, busca se aproximar das potências regionais que lhe oferecerem maiores benefícios, e a Organização para a Cooperação de Xangai (OCX) pode oferecer a proteção de que precisam. Em 2005 foi criado um Grupo de Contato na OCX para dar apoio ao Afeganistão na sua reconstrução. Em agosto de 2007 o Secretário-Geral da Organização chamou a atenção para a ameaça que um Afeganistão turbulento poderia ser aos vizinhos, incentivando a cooperação. Por outro lado, em 2010 o Afeganistão ingressou na Área de Cooperação Regional da Ásia Meridional, processo de integração do qual fazem parte Índia e Paquistão, entre outros, e o Presidente Karzai fez a primeira visita à Rússia de um oficial do Estado desde 1989.

Enquanto as eleições presidenciais (2009) e parlamentares (2010) ocorrem de forma tumultuada, a OTAN, em encontro em Lisboa, anuncia plano de entregar a tarefa da segurança interna às forças afegãs em 2014. Antes, porém, tiveram de enviar mais tropas ao país, pois os insurgentes neotalibãs estavam ganhando terreno, enquanto outros países começavam a abandonar a coalizão e retirar suas tropas da infundável guerra. Tratava-se de ganhar terreno para preparar uma retirada em condições mais vantajosas.

O ministro das Relações Exteriores da China, Liu Zhenmin, defendeu na Conferência de Istambul a não-intervenção na política interna do Afeganistão, o que tanto Rússia e Estados Unidos já haviam feito no passado. Ainda assim, as forças da militância islâmica chamam a atenção dos chineses, o que, junto à presença norte-americana na Ásia Central, fortalecem o papel da OCX. A Índia, que é membro observador da Organização, assinou em Outubro com o Afeganistão uma parceria estratégica na área de treinamento militar, além da já desenvolvida ajuda financeira para reconstrução do país.

Mas o futuro é incerto e os EUA buscam uma maneira de se desengajar do conflito, dado seu elevado custo humano, político, militar e econômico. O que foi pensado como uma guerra rápida e fácil se tornou um conflito sem fim, onde até o Talibã já é aceito pelos EUA como interlocutor. A morte de Bin Laden pelas forças especiais americanas próximo à capital paquistanesa, envolta ainda em mistério, parece ter sido um excelente trunfo para Obama, quando ele anunciava a retirada da região para breve. Neste sentido, o que talvez seja o pior da guerra do Afeganistão não é que país não tenha sido "estabilizado", mas que ela própria tenha *desestabilizado o Paquistão*. Esta potência nuclear vive, hoje, dias bastante difíceis.

4.2 A invasão do Iraque, o Irã e a nova geopolítica do petróleo

*A invasão anglo-americana do Iraque e a insurgência*⁴

A partir de 2000, o Iraque passou a recuperar seu protagonismo internacional com a visita do presidente venezuelano Hugo Chávez, a reabertura das embaixadas do Egito e Turquia, a normalização com a Síria (e a reabertura do oleoduto fechado em 1982) e a participação iraquiana na Cúpula da Liga Árabe, no Cairo, e na Cúpula Islâmica, em Doha. Ao mesmo tempo, os constantes ataques

³ MORAJEE, Rachel. **Narcotecture in Afghanistan**, Monocle, n°5, 2007. Citado em KHANNA, 2008, p. 163.

⁴ Artur Chini, Bolsista do Nerint, colaborou na pesquisa.

americanos passaram a ser condenados por governos árabes, europeus e dos demais membros do Conselho de Segurança (exceto a Inglaterra), além de serem retomados os vãos político-humanitários de vários países. Tentativas como o fornecimento, pelos EUA, de cem milhões de dólares aos grupos de oposição iraquiana, se revelaram medidas inócuas.

Paralelamente, Jordânia, Irã, Síria e Turquia (e depois Arábia Saudita) furavam o embargo, realizando um lucrativo comércio de contrabando com o Iraque. A Rússia assinou um acordo de cooperação com o governo iraquiano, que, como forma de se reinserir na comunidade internacional, passou a desenvolver gestos diplomáticos cada vez mais ousados. O diplomata brasileiro José Bustani, que dirigia a OPAQ (Organização da ONU para a Proscrição de Armas de Destruição em Massa), estava convencendo o Iraque a associar-se à Organização, submetendo-se às inspeções do órgão, e não mais às Comissões designadas especificamente para o país, pelo Conselho de Segurança; consequentemente, foi removido do cargo por pressão americana, pois isto privava Washington de um pretexto para o ataque.

O governo Bush desejava atacar o Iraque devido, especialmente, a problemas internos dos EUA (crise econômica, necessidade de aumentar os gastos armamentistas e perda de credibilidade da Guerra ao Terrorismo), bem como geopolíticos (Ásia Central, Irã e Afeganistão). Com relação a este último aspecto, o Irã constituía o verdadeiro alvo e ficaria completamente cercado por países pró-norte-americanos, se o regime de Saddam caísse. Contudo, a oposição europeia, árabe e dos demais membros do Conselho de Segurança (mesmo a Inglaterra) a essa iniciativa belicosa era cada vez maior. Por seu turno, Saddam tratou de armar a população e recuar seus exércitos para as cidades, como meio de evitar uma luta no deserto, onde a superioridade americana permitiria uma vitória rápida e com baixo custo. Seria necessário, então, tomar as cidades, com inaceitáveis perdas de vidas americanas, ou destruí-las completamente, o que teria um custo político imenso.

Tudo isso aumentou o descrédito da administração Bush como orientadora da liderança americana. O petróleo também jogava um papel essencial no tocante à Europa e às economias asiáticas emergentes, particularmente a China. Outro problema seria o risco que a guerra traria aos regimes árabes, especialmente aos aliados do Ocidente, que se veriam em grave perigo, pois a estabilidade interna desses é bastante frágil, como se via em 2011.

O governo de George W. Bush, motivado pelos acontecimentos de 11 de setembro de 2001, lançou em setembro de 2002 o primeiro Plano de Segurança Nacional, documento no qual são explicitadas a Doutrina Bush e a definição de ameaça à segurança estadunidense. Segundo a Doutrina, uma ameaça seria definida pela combinação de radicalismo e tecnologia, mais especificamente quando Armas de Destruição em Massa estiverem em posse de movimentos políticos e religiosos extremistas, o que seria agravado, como repetiu diversas vezes o então Secretário de Defesa Donald Rumsfeld, se esses movimentos fossem apoiados ou protegidos por Estados soberanos. Esses estados foram definidos pela Doutrina como “Estados pária”, pois eles “brutalizam seu próprio povo e gastam seus recursos nacionais para o ganho pessoal de seus governantes; não respeitam o Direito Internacional, ameaçam seus vizinhos, e estão determinados a adquirir armas de destruição em massa (...)”⁵. O Iraque foi incluído, junto do Irã e da Coreia do Norte, nessa classificação, formando o

⁵ The National Security Strategy of the United States of America (Washington: White House, September 2002), p. 13

“Eixo do Mal” de George W. Bush. Na verdade, o Plano estava lançando era uma nova concepção de guerra para o século XXI e novos mecanismos legitimadores para desencadear *Guerras Preventivas*.

Após a Guerra do Golfo, uma série de resoluções das Nações Unidas determinaram que o Iraque estaria proibido de possuir ou desenvolver armas de destruição em massa, e várias resoluções subsequentes determinaram que o país deveria cooperar com as equipes de técnicos da ONU em suas inspeções nas instalações suspeitas de produzir tais armas. Os últimos relatórios da equipe de inspetores não encontraram armas de destruição em massa, sejam nucleares ou biológicas, e informaram que o Iraque estava de fato cooperando com as inspeções. A administração Bush, entretanto, alegando que o Iraque possuía armas químicas e biológicas e capacidade para atacar os Estados Unidos, iniciou uma série de manobras políticas que culminaram numa decisão, assinada em outubro de 2002, na qual o Congresso dos Estados Unidos autorizava o presidente a conduzir uma ofensiva militar contra o Iraque.

Mas agora o quadro era radicalmente diferente da conjuntura pré-invasão do Afeganistão, quando a comunidade internacional legitimava a ação americana. Agora, a maioria da opinião mundial estava farta do unilateralismo, da arrogância e do caráter desnecessariamente belicista da administração Bush-Cheney. No Conselho de Segurança das Nações Unidas, os Estados Unidos e do Reino Unido tentaram aprovar uma resolução permitindo operações militares no Iraque, porém enfrentaram a oposição de países como Rússia e França, que acreditavam que a via diplomática seria mais apropriada para conduzir o desarmamento.

Quando os EUA tentaram contornar a ONU, utilizando a OTAN para o ataque, a França e a Alemanha vetaram o uso da organização no conflito. A Turquia, quando acionada, se recusou a colaborar com o ataque, interditando o uso de suas bases por aviões americanos e, da passagem de 10 mil soldados por território turco para atacar o Curdistão iraquiano, só foi permitida uma força simbólica de mil soldados. O governo Bush, entretanto, já havia decidido unilateralmente pela invasão, e em meados de julho de 2002 enviou uma equipe de elite do exército, apoiado por um grupo da CIA, para preparar a chegada das tropas convencionais. E março de 2003 o Presidente Bush enviou um ultimato ao Iraque, dizendo que iniciaria o ataque se Saddam Hussein e seus filhos não deixassem o Iraque em 48 horas.

Saddam Hussein decidiu permanecer no país, pois considerava que os Estados Unidos estavam pouco dispostos a iniciar uma invasão de fato; no entanto, essa interpretação do líder iraquiano do sistema internacional mostrou-se equivocada, e a invasão do país iniciou-se às cinco da manhã do dia 20 de março de 2003. A chamada Operação Iraque Livre também teve apoio das forças armadas britânicas e australianas, além das milícias curdas que estavam espalhadas pelo território iraquiano. Posteriormente, como forma de legitimar a operação e reduzir os custos de ocupação, outros países europeus de segunda linha, como Espanha, Itália e Polônia, enviaram tropas, além de outras nações com contingentes simbólicos. Através de sua quantidade, em torno de 40, procurava mostrar um apoio massivo, ocultando a qualidade das nações envolvidas e os limitados contingentes aportados por eles.

As tropas de coalizão iniciaram o ataque pela península de al-Faw, no sudeste do Iraque, região considerada estratégica por possuir campos de petróleo e ser quase desabitada, para evitar que as instalações fossem destruídas, enquanto uma terceira força dos EUA avançou para oeste com o intuito de atingir Bagdá. A resistência oferecida pelo Exército do Iraque foi fraca e desorganizada, com uma porção

significativa do exército desertando nos primeiros dias da invasão. Mas nas cidades houve resistência.

Em menos de dois meses após o início da invasão as tropas estadunidenses já haviam controlado Bagdá e derrubado o regime. A Guarda Republicana, que se acreditava que fosse resistir, simplesmente desapareceu; segundo se comentou, provavelmente por alguns líderes terem sido pagos pelo invasor para dispersar seus homens. A agitação que oscilava entre a aparente gratidão aos exércitos invasores e ataques suicidas por apoiadores de Hussein, não pode se contida. Estima-se que mais de 9000 combatentes iraquianos e muitos mais civis tenham morrido no período da invasão, que durou aproximadamente de março a abril de 2003, e o país se tornou um território sem governo e com a interrupção do fornecimento de serviços básicos e segurança à população civil. Nos dias “sem lei”, caminhões militares americanos foram vistos frente a museus de tesouros arqueológicos, que foram saqueados.

O período imediato pós-invasão foi marcado pela busca e captura dos antigos líderes do Partido Baas, pelo início das tratativas entre a coalizão multinacional, líderes locais e exilados e as Nações Unidas para a formação do governo de transição. Mas também houve duas formas de resistência militar, uma advinda dos apoiadores do antigo governo ainda não capturados e outra de militantes extremistas islâmicos, grande parte dos quais vindo do exterior. A al-Qaeda pode, após a invasão, finalmente entrar no país e enfrentar os americanos. O Embaixador estadunidense Paul Bremer anunciou a formação do governo de transição em julho, o qual teria como presidente o líder do Partido xiita Da'wa Ibrahim al-Jaafari e incluía lideranças curdas, como Jalal Talabani, líder da União Patriótica do Curdistão. Os sunitas, pilar do regime anterior, foram marginalizados e ofereceram ferrenha resistência no centro do país. O Conselho também aprovou uma nova Constituição, a Lei de Administração do Estado do Iraque para o período transitório, que declarava um governo democrático, republicano, federal e pluralista.

Também em julho as forças estadunidenses cercaram e mataram em Mosul os filhos de Saddam, Uday e Qusay, após oferecerem resistência. Os insurgentes continuavam atuando de forma não-organizada, e duvidava-se que Saddam tivesse algum controle sobre essas forças espalhadas pelo país. A resistência utilizou principalmente táticas de guerrilha, como ataques suicidas, bombas caseiras, morteiros, pequenos mísseis e sabotagem de infra-estrutura pública, sobretudo oleodutos. A captura de Saddam Hussein finalmente aconteceu em dezembro de 2003, quando os americanos o encontraram num esconderijo perto de Tikrit, sua cidade natal. Neste ano também, o representante especial da ONU, o brasileiro Sérgio Vieira de Mello, que se opunha a muitos itens da agenda americana para o Iraque, foi morto quando um caminhão com explosivos destruiu a sede da ONU. A pergunta que se deve fazer numa situação como esta é: a quem interessava sua morte?

O início de 2004 foi marcado por novos confrontos com grupos insurgentes e uma escalada de violência, marcada por ataques à bomba nas principais cidades do Iraque e pela morte de milhares de civis. Um dos incidentes mais graves ocorreu na cidade de Fallujah, de maioria sunita, quando os insurgentes atacaram uma pequena comitiva civil que estava sendo protegida por quatro seguranças da Blackwater⁶, e após os matarem, permitiram que a população da cidade os esquarterassem. A resposta do governo dos Estados Unidos foi a invasão da cidade em duas batalhas, que foram as mais sangrentas até então. Os subsequentes conflitos em outras cidades deixaram claro que as forças da coalizão estavam engajadas em táticas de

⁶ A antiga Blackwater, atual Xe Services, é uma empresa militar privada com base na Carolina do Norte que fornece serviços ao Departamento de Estado dos Estados Unidos.

contrainsurgência, e dois dos quatro objetivos da MNF-I (Multi-National Force-Iraq), apoiar o governo de transição e garantir as linhas de operação contra os insurgentes, foram priorizados em detrimento da provisão de serviços essenciais à população e das comunicações estratégicas.

Também nesse ano ocorreu o escândalo de tortura e abusos de prisioneiros iraquianos por oficiais americanos na prisão de Abu Ghraib, filmados e vazados para um mundo estarecido. Isto ocorria também em outras prisões, inclusive na base americana de Guantanamo, encravada em território cubano e sem jurisdição da justiça dos EUA. Seqüestro de pessoas pelo mundo, vôos ilegais e centros de tortura clandestinos em países europeus, abusos e violências contra a população civil, com matanças por equívoco (festas de casamento confundidas com "insurgentes") esvaziaram completamente o discurso de defesa dos direitos humanos. Sobre a tentativa de indiciar americanos pelo TPI, Bush foi categórico: “nenhum de nossos rapazes será julgado”.

A eleição do novo Governo de Transição ocorreu em 2005, e apesar de ter sido boicotada pelos partidos sunitas e marcada por conflitos, obteve relativo sucesso e acabou sendo vencida por Ibrahim al-Jaafari. A situação geral parecia menos violenta, mas em maio os ataques suicidas à bomba aumentaram de forma dramática, tendo como alvo principal os civis xiitas, sendo que foram mortos aproximadamente 700 civis iraquianos e mais de 70 militares estadunidenses. Em outubro foi votado o referendo para a nova Constituição, e em dezembro ocorreram as eleições para o Conselho Representativo, dessa vez com participação de partidos sunitas. O embate político continuou até o início de 2006, quando Nouri al-Maliki foi indicado primeiro-ministro e os partidos entraram em acordo sobre o gabinete, que ficou composto por membros de partidos curdos, sunitas e xiitas.

Os movimentos de insurgência, entretanto, continuaram impedindo que mesmo o governo recém formado obtivesse o controle de todo o território, e os ataques já atingiam uma média de 900 por semana, segundo o Pentágono. O ano de 2006 também foi marcado pelo início de conflitos sectários de maiores proporções em áreas onde há mescla de populações sunitas e xiitas, principalmente na região metropolitana de Bagdá, e autoridades americanas começam a se preocupar com a possibilidade de uma guerra civil. Em dezembro de 2006, após um longo julgamento, o Tribunal Especial do Iraque sentenciou Saddam Hussein à morte pelo assassinato de 148 xiitas iraquianos na cidade de Dujail, em 1982. Imagens não oficiais da execução foram transmitidas pelo mundo, provocando problemas diplomáticos.

George W. Bush, no início de 2007, decidiu aumentar o contingente de soldados no Iraque para mais de 150.000, contrariando as medidas propostas pelo relatório do Grupo de Estudos sobre o Iraque⁷, e atribuindo ao General David Petraeus a tarefa de organizar o novo contingente e garantir a segurança na região de Bagdá. No início, com a chegada de novas tropas se conseguiu mitigar a violência em muitas regiões do país; todavia, alguns meses depois os ataques à bomba contra civis foram intensificados, sendo que em agosto, na cidade Qahtaniya, ocorreu o pior ataque de toda a guerra, que matou quase 800 civis iraquianos de uma só vez. As lutas sectárias continuavam aumentando, então as forças de coalizão tomaram uma decisão controversa e posteriormente contestada de recrutar grupos de iraquianos sunitas, muitos deles ex-insurgentes, para formar uma espécie de Guarda que protegeria as regiões de maioria sunita.

⁷ Painel de dez políticos dos Estados Unidos, de ambos os partidos, responsável por conduzir estudos sobre a situação no Iraque e fazer recomendações.

Ao longo de 2006 e 2007 o exército dos Estados Unidos conduziu os treinamentos do novo exército iraquiano, e em 2008 o Primeiro Ministro Nouri al-Maliki deu autorização às suas primeiras operações, que ocorreram na cidade de Basra, grande parte da qual era controlada por milícias xiitas. Após o sucesso dessa operação, o Exército Iraquiano, com auxílio das forças da coalizão, lançou uma nova ofensiva em Mosul, considerado reduto da al-Qaeda no Iraque. O resultado da operação, entretanto, foi inferior ao esperado, e não se conseguiu grandes melhoras na segurança da cidade como ocorreu em Basra.

Em depoimento ao Congresso dos Estados Unidos, em 2008, o general Petraeus pediu que os líderes estadunidenses adiassem a retirada de mais soldados do Iraque, pois o fim do conflito ainda não estava próximo. Mais tarde, um relatório assinado pelo general William Wallace iria reconhecer que o exército dos Estados Unidos, apesar de ter capacidade para retirar Saddam do poder no Iraque, não era suficientemente equipado e preparado para conduzir a reconstrução do país. Na medida em que o ódio contra os Estados Unidos e a administração Bush crescia entre a população Iraquiana, fato simbolizado pela queima de uma efígie de George W. Bush na Praça Firdos, em Bagdá, era negociada entre o exército dos Estados Unidos e o governo iraquiano a retirada das tropas do país.

Na verdade, a inexistência das propaladas armas de destruição em massa, as violações dos direitos humanos, o elevado volume de mortos e feridos americanos (com efeito político devastador nos EUA), o elevado custo financeiro da guerra e a debanda de vários membros da coalizão ocupante, sinalizavam a necessidade da retirada. Os atentados continuaram tão constantes, que acabaram sendo banalizados: depois de cinco anos, quem ainda se importava com o sangue de mais algumas dezenas de iraquianos mortos diariamente? Os policiais do novo regime, recrutados entre desempregados, eram vítimas constantes dos insurgentes. Assim, o melhor era retirar as tropas das ruas e reduzir a presença da mídia, para dar um ar de normalidade. Mas também seria necessário negociar com os vizinhos para lograr uma estabilidade mínima.

O acordo assinado no final de 2008 previa que as tropas da coalizão se retirariam das cidades iraquianas em junho de 2009, e que a retirada total se daria até o final de dezembro de 2011. Uma cláusula no pacto, no entanto, possibilitava negociações para atrasar a retirada. Em 2009 começaram a ser tomadas medidas para restaurar a autoridade plena do governo interino do primeiro ministro Nouri al-Maliki, como a entrega do controle da Zona Verde de Bagdá e do antigo palácio presidencial de Saddam Hussein ao governo iraquiano. O cenário político também obteve algumas melhoras com um relativo sucesso das eleições para os conselhos provinciais, as quais ocorreram com um baixo nível de violência e com menor participação das forças americanas.

Em fevereiro de 2009, o recém-empossado presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, anunciou que o fim das operações militares estadunidenses no Iraque se daria em agosto de 2010, deixando claro, entretanto, que pretendia manter no país uma força transicional de aproximadamente 50.000 soldados para continuar treinando o Exército Iraquiano e conduzindo algumas operações anti-terroristas. Em abril o primeiro-ministro Gordon Brown anunciou o término das operações britânicas no Iraque, e a retirada das tropas dos Estados Unidos, inclusive de Bagdá, iniciou em julho. O início da retirada das tropas, entretanto, não foi acompanhado pela redução da violência, pois já em agosto um atentado à bomba matou pelo menos 100 civis iraquianos em Bagdá. Entre outubro e dezembro mais dois atentados atribuídos ao braço iraquiano da al-Qaeda matam pelo menos 280 pessoas, também em Bagdá,

numa tentativa de abalar a cooperação entre sunitas e xiitas no período próximo às eleições. O dia das eleições parlamentares gerais, 7 de março de 2010, foi marcado por mais atentados em Bagdá, mas 62% dos iraquianos votaram.

O anúncio oficial do Presidente Barack Obama que determinou o término da Operação Iraque Livre e a retirada das tropas de combate ocorreu em 31 de agosto de 2011, sete anos depois do início da Guerra. Dentre as justificativas apresentadas pelo Presidente estavam os altos custos da Operação para a economia estadunidense, fortemente afetada pela crise econômica que teve início no ano anterior. Além disso, as Nações Unidas retiraram as restrições impostas ao Iraque no período do governo de Hussein, e o controle dos lucros advindos do petróleo e do gás natural voltaram às mãos do governo. Todavia as mortes de soldados americanos e os atentados a civis iraquianos não cessaram, e o país ainda não está próximo de atingir a estabilidade.

Até novembro de 2011 o custo da derrubada de Saddam Hussein do governo Iraquiano e das tentativas de pacificar o país havia chegado a aproximadamente US\$ 3 trilhões aos contribuintes dos Estados Unidos numa estimativa inicial, valor que poderia chegar a US\$ 5 trilhões com o ajuste da inflação, além da vida de mais de 4 mil soldados e mais de 40 mil feridos. No lado iraquiano as perdas em vidas humanas estão estimadas em mais de 120 mil, entre soldados e civis, número que provavelmente deve aumentar enquanto não forem resolvidos os conflitos sectários. Em dezembro de 2011 ocorreu a retirada dos aproximadamente 40 mil soldados remanescentes, a maioria realocada no Kuwait, logo ao lado da fronteira, e pronta para qualquer eventualidade. A guerra foi oficialmente decretada como encerrada pelos EUA, mas esqueceram de comunicar aos insurgentes, que ainda mantém os atentados, enquanto há dificuldade de manter um governo coeso no Iraque.

As fraturas na diplomacia Ocidental e o cerco ao Irã

Em 2000 o Republicano George W. Bush foi eleito presidente dos EUA, em um pleito marcado por irregularidades. O século XXI foi proclamado “o século americano” por algumas personalidades, mas o novo governo adotou atitudes unilaterais, como o abandono do Protocolo de Kyoto sobre aquecimento terrestre, como sua retirada da Conferência da ONU sobre o racismo (juntamente com Israel e Índia) e sua rejeição em submeter-se ao Tribunal Penal Internacional, que a administração Clinton ajudara a criar. A nova administração Republicana simplesmente passou a ignorar seus próprios aliados e a impor sua agenda internacional, o que se intensificou após o 11 de setembro.

Bush passou a governar ignorando as organizações internacionais, particularmente a ONU, dentro da visão de que “os EUA venceram a Guerra Fria e necessitam colher os frutos”. A ideia de apoiar a liderança americana nas organizações multilaterais, tal como vinham fazendo os democratas, foi completamente abandonada, dando lugar a uma visão unilateral que contrariou seus próprios aliados da OTAN. Um presidente despreparado, cercado de assessores de linha-dura e ligados a obscuros *lobbies*, começou a reabrir focos de tensão, enquanto abandonava o papel de mediador (tarefa que cabe ao hegêmona) em conflitos como o do Oriente Médio, que mergulhou em uma espiral incontida de violência.

Mais do que simplesmente desarticular a rede terrorista, os EUA desejavam, em termos geopolíticos, cravar uma cunha entre a Rússia e a China, o que se confirmou plenamente. Um dos objetivos para tanto parece ser o de inviabilizar a Organização de Cooperação de Xangai, bem como de debilitar a aliança da China com países como Paquistão e Índia e privá-la dos recursos petrolíferos da região, obstaculizando seu crescimento econômico. Por outro lado, a “guerra contra o

terrorismo”, instrumentalizada como uma guerra contra o mundo árabe e islâmico, serviu para inviabilizar qualquer possibilidade de acordo Israel-Palestina, uma vez que a ação dos radicais palestinos se expressa (por vontade deliberada ou falta de opção) sob a forma de atentados terroristas suicidas. Portanto, este problema específico se dilui na agenda anti-terrorista mais geral.

A guerra contra o Iraque, por sua vez, constituiu um eficaz instrumento para isolar e derrotar posteriormente o Irã, país aliado da Rússia e da China. O Irã ficou cercado, pois a leste o Paquistão e o novo regime afegão eram aliados dos EUA (que neles mantinha tropas e bases) e ao norte o Turcomenistão e o Azerbaijão firmaram acordos com a OTAN e receberam assessores e instalações de vigilância eletrônica americanas. A oeste havia a Turquia, que é membro da OTAN e possui bases aéreas americanas, e o Iraque, sob ocupação direta. Finalmente, ao sul os Estados do Conselho de Cooperação do Golfo são inimigos de longa data do Irã e nas pequenas petromonarquias há bases norte-americanas, enquanto a presença da marinha dos EUA no Golfo Árabe, alegadamente para defender essa importante rota de petroleiros, representa uma ameaça direta ao país. Além do seu próprio petróleo e nacionalismo militantes serem alvos da diplomacia Ocidental, o Irã é considerado o melhor caminho para o escoamento rentável e seguro do petróleo e do gás da Ásia central.

Esta guerra também causaria danos à economia européia (que depende do petróleo do Golfo) e debilitaria o Euro, que se fortalece com a crise econômica americana. Mas a resposta estadunidense, se geopoliticamente eficiente, provou ter efeitos colaterais sérios, pois a instabilidade do Afeganistão é grande e a falta de apoio aos EUA cresceu na Europa, entre seus aliados árabes e junto aos demais membros do Conselho de Segurança. De qualquer maneira, a resposta dada ao 11 de setembro buscou legitimar a guerra como prioridade das relações internacionais. O que é curioso, porque a luta contra o terrorismo só pode ser vencida por meio da combinação de ação policial, serviços de inteligência, acordos diplomáticos regionais de paz e integração, e políticas sócio-econômicas destinadas a eliminar as causas do fenômeno, e não por intermédio de operações militares convencionais.

Ainda durante a guerra no Afeganistão autoridades americanas declararam que outros países representavam também uma ameaça à América, devendo ser invadidos, o que inquietou a opinião pública e os meios diplomáticos. Este *Eixo do mal*, como definiu o presidente Bush em sua linguagem religiosa, seria integrado pela Líbia, Síria, Irã, Coreia do Norte e, em certa medida, Cuba. Durante o ano de 2002, a Casa Branca deixou clara sua intenção de atacar o Iraque, que acusava de possuir armas de destruição massiva e de ter conexões com a rede Al Qaeda. Curiosamente, Bagdá estava restabelecendo relações diplomáticas com diversas nações e saindo do embargo, que se tornara insustentável. Para evitar a guerra, a ONU enviou inspetores para confirmar se o referido armamento existia ou não.

Concretamente, a administração Bush desejava obter uma condenação da ONU ao regime iraquiano para depor Saddam Hussein como parte da guerra ao terrorismo. Contudo, a França, a Alemanha e a Rússia, com apoio da China (o *Eixo da Paz*), recusaram-se a aceitar a guerra sem que os inspetores concluíssem as investigações e obtivessem provas. Ao lado de Washington estavam apenas a Inglaterra (Blair sofreu enorme pressão de Bush), Israel e países europeus de segunda linha, como Espanha, Polônia e Itália (o *Eixo da Guerra*). Mesmo nações como Turquia e Arábia Saudita, aliadas americanas, recusavam-se a apoiar um ataque ao Iraque. Percebendo que no Conselho de Segurança seriam derrotados, pois mesmo amigos como México e Chile votariam contra a guerra, os EUA simplesmente desistiram de obter qualquer base jurídica para seu ataque e resolveram contornar a

ONU, agindo unilateralmente. Nem mesmo a OTAN pode ser acionada, pois seu mecanismo foi bloqueado pela ameaça de veto franco-alemão.

Obviamente que a posição russa, francesa e alemã não se baseavam apenas em aspectos éticos e jurídicos. O embargo ao Iraque estava em rápida erosão, e as companhias petrolíferas destes e de outros países já negociavam contratos com Saddam. Ademais, a posição internacional dos mesmos também estava sendo ameaçada pelo unilateralismo americano.

O Oriente Médio é visto como o maior fator desestabilizador. Os EUA atacam esta região por seus recursos, sua posição geopolítica e, especialmente, porque ela é indefesa, sem poder militar ou potências protetoras. Além disso, ela é culturalmente estigmatizada. Tal região se encontra, entretanto, em acelerada modernização, e a violência e o fanatismo que acompanham este processo também ocorreram na Europa nos séculos XVI e XVII. Trata-se de uma reação atávica, enquanto o crescimento demográfico diminui e a alfabetização (especialmente entre as mulheres) cresce.

A nova geopolítica eurásiana do petróleo

Muitos vêem nas ações político-militares unilaterais da administração Bush uma retomada do poder americano, configurando uma nova hegemonia “unipolar” para o século XXI, que, como o anterior, seria novamente americano. Ou então um caos geral, com o mundo mergulhando numa espécie de “guerra dos cem anos” religiosa (ou civilizacional). Na verdade, trata-se de uma reação para evitar uma tendência histórica que emerge lentamente, a de construção de um sistema mundial multipolar, regulado pela ONU, em um quadro de equilíbrio de poder entre EUA/NAFTA, União Européia, Rússia/CEI, Japão/Tigres Asiáticos, China, Índia/SAARC, Irã, África do Sul/SADC e Brasil/Mercosul/UNASUL, como assinalou o politólogo brasileiro Hélio Jaguaribe. Os blocos econômicos constituem o principal resultado da globalização, e estão se tornando blocos político-econômicos.

Contrariando o senso comum, o historiador e demógrafo Emmanuel Todd, em seu brilhante livro *Depois do Império*, argumenta que “não haverá império americano. O mundo é demasiado vasto, diverso e dinâmico para aceitar a predominância de uma única potência. O exame das forças demográficas e culturais, industriais e monetárias, ideológicas e militares que transformam o planeta não confirmam a atual visão de uma América invulnerável. (...) Um quadro realista [mostra] uma grande nação cuja potência foi incontestável, mas que o declínio relativo parece irreversível. Os Estados Unidos eram indispensáveis ao equilíbrio do mundo; eles não podem hoje manter seu nível de vida sem os subsídios do mundo. A América, pelo seu ativismo militar de teatro, dirigido contra Estados insignificantes, tenta mascarar seu refluxo. A luta contra o terrorismo, o Iraque e o ‘eixo do mal’ não são mais do que pretextos. Porque ela não tem mais a força para controlar os atores maiores que são a Europa e a Rússia, o Japão e a China, a América perderá esta última partida pelo domínio do mundo. Ela se tornará uma grande potência entre outras (TODD, 2003)”.

Como foi visto, o fim da Guerra Fria e da URSS fizeram com que os “muros” que compartimentavam a Eurásia desaparecessem, e um quadro no qual a economia asiática crescia aceleradamente, demandando petróleo do Oriente Médio, enquanto a Europa dava sinais de buscar maior autonomia. Assim, a massa terrestre eurásiana ia deixando de ser uma expressão puramente geográfica, para se tornar um gigante geoeconômico e geopolítico que concentra o dinamismo econômico e populacional mundial, num contexto de rápido crescimento dos fluxos regionais. Os gigantes continentais renasciam, ofuscando as potências marítimas anglo-saxônicas, dominantes por cinco séculos, ressuscitando a geopolítica de Mackinder e Mahan. Os

Estados Unidos sentiam a erosão de sua função de liderança militar, econômica e política do mundo.

Mas as potências marítimas, que também dominam os céus, não têm condições de dominar o vasto interior terrestre da Eurásia. Então, a alternativa é tentar controlar os regimes que governam os Estados do *hinterland* e, na sequência, reorganizar os fluxos de abastecimento de petróleo. Esses, no caso da Ásia Central, estavam voltados para o norte (Rússia) e começavam a ser construídos oleodutos e gasodutos em direção à China. Embora os EUA não sejam grandes consumidores do petróleo da região, eles necessitam controlar seu fluxo, como forma de influir na quantidade e preço que chega ao mercado para, assim, contingenciar o ritmo do desenvolvimento chinês e a formação de um espaço eurasiático. Daí toda a lógica dos conflitos da região. Evidente, também há interesses privados e disputas entre companhias petrolíferas, bem como de potências regionais.

A “Primavera Árabe”

O vazio estratégico regional e os fluxos globais

O fim da Guerra Fria, como foi visto, perturbou o equilíbrio geopolítico regional, criando um relativo vazio estratégico. Na década de 1990 o interesse americano pela Ásia Central e pelo Afeganistão era limitado, pois os ganhos com o desaparecimento da União Soviética pareciam mais importantes. Os regimes apoiados por Moscou foram neutralizados ou se realinharam com o Ocidente, e o conflito Israel-Palestina passou a ser considerado disfuncional. Daí a pressão por algum acordo de paz entre as duas partes.

A Síria, sem apoio de Moscou, deixou de ser uma ameaça a Israel e o Irã de Katami negociava com a administração Clinton. Mais ainda, Israel passou a ser governada por uma geração que esbanjava confiança e poder, com seus artefatos nucleares, e passou a ter uma preocupação mais voltada aos palestinos que aos vizinhos, pois a Jordânia e a Turquia haviam estabelecido relações diplomáticas com o Estado hebreu. O Egito parecia estável e tanto Israel como os Estados Unidos apostavam suas cartas nos regimes autoritários pró-ocidentais, sem se dar conta do desgaste dos mesmos. O capitalismo do Golfo parecia ser sólido e seus recursos irrigavam as economias nas nações ricas do Norte.

Devido aos preconceitos em relação ao “atraso” das sociedades muçulmanas, a grande mudança sociológica dos mesmos não era percebida. Quando a Guerra ao Terrorismo teve início, a situação se agravou, pois a presença americana direta na região acirrou o discurso político local e desgastou mais ainda os governos locais, aliados de Washington. As guerras do Afeganistão e do Iraque enfraqueceram a imagem dos EUA, militar, moral e economicamente. Os recursos consumidos nos conflitos, bem como a emergência da crise financeira no Atlântico Norte tiveram implicações diretas na redução da ajuda aos aliados locais.

Este vácuo ia sendo, todavia, preenchido pela China, Índia, Brasil, Turquia, entre outros, enquanto os investimentos árabes buscavam a África (que crescia aceleradamente) e a Ásia, estabelecendo novos fluxos. Quando as guerras americanas se revelaram impossíveis de serem vencidas, alguns regimes pró-americanos passaram a buscar maior autonomia diplomática, como forma de sobreviver politicamente. E também a busca de novos parceiros econômicos influenciou fortemente no processo. É importante lembrar que a região é a única do mundo a não dispor, ainda, de um processo de integração, nem de um Estado pivô, capaz de impulsioná-la.

No fim da administração Bush e, especialmente, na de Obama, Washington passou a buscar um novo desenho estratégico para a região, tentando recuperar duas décadas de negligência e de equívocos. A revolta, pronta a explodir, necessitava ser orientada.

As muitas faces da Primavera Árabe

A inédita onda de protestos que varreu o mundo árabe desde dezembro de 2010 deixa no ar uma questão crucial: ele ingressa numa nova era de superação de regimes autoritários, ou vive mais uma de suas periódicas explosões de ira? Sem dúvida há uma crise geral, uma explosão semelhante à Primavera dos Povos europeia de 1848, mas, como naquele caso, em cada país há uma realidade e motivação específicas. Da mesma forma, os anseios populares contra os regimes políticos e as condições de vida são acompanhados por uma silenciosa transformação da sociedade, fatores estruturais indispensáveis para a eclosão de uma mobilização de tal magnitude.

Mas há evidências contundentes de houve importante participação externa, pois “revoltosos” foram previamente preparados e a forma e o momento em que a revolta ganhou densidade, foram monitorados e influenciados, como se verá adiante. Segundo Alexandre Roche, “a Primavera Árabe é ameaçada, não apenas por adversários ainda muitas vezes no poder, mas também por ‘amigos’ que se querem solidários, sempre prontos a ajudar financeira e economicamente os movimentos de libertação árabes, sempre lhes impondo condições muitas vezes difíceis de suportar.” (Roche, 2011:7). Os detalhes serão analisados país por país na segunda parte do livro.

Teoricamente, tudo teve início na pequena vila tunisiana de Sidi Bouzid, localizada 265 km ao sul de Tunis, quando Mohamed Bouazizi, um jovem de 26 anos, graduado, porém desempregado, vendia legumes na rua para sustentar a família. Um história igual a de milhões na região. A polícia, entretanto, o proibiu de vender e o humilhou. Desesperado, ele ateou fogo em seu corpo em 17 de dezembro de 2010 e veio a falecer em 4 de janeiro de 2011. Milhares de pessoas compareceram ao funeral e os protestos se espalharam, concentrando-se na Avenida Bourguiba, no centro de Tunis, sob o slogan “dégage” (popularmente, “cai fora”), endereçado ao presidente Zine el-Abidine Ben Ali, há 23 anos no poder. Poucas semanas antes ele havia sido abraçado pelo presidente francês Sarkozy como grande parceiro da França e elogiado pela estabilidade do país. Em meio a uma onda de violência, dez dias após a morte do mártir, Ben Ali fugia para o exílio com sua família. Triunfou a *Revolução Jasmim* e se seguiu uma transição de cúpula, com a adoção de reformas superficiais. A eleição de um governo opositor não trouxe a estabilidade esperada.

Os protestos atingiram então o Egito, o mais populoso país árabe, produzindo semanas de protestos, que causaram a renúncia de Mubarak, o estabelecimento de um Governo Provisório tutelado pelos militares e, finalmente, a eleição de um presidente da Irmandade Muçulmana em 2012. Mas sua política interna e externa foi errática e as manifestações foram retomadas, culminando com um golpe militar em julho de 2013, que instalou um novo Governo Provisório, seguindo-se nova onda de violência. No plano internacional o governo muçulmano de Mursi, numa tentativa de agradar o Ocidente e obter investimentos, rompeu com o Hamas palestino e se posicionou contra a Síria de Assad, apoiada pelo Hezbollah libanês. Mas a evolução interna do Egito caminhava em direção à islamização das instituições e à concentração do poder, preocupava a comunidade internacional, e o exército permanecia vigilante nos bastidores. Aproveitando-se da instabilidade interna e da crise econômica, derrubou-o, colocando no poder um governo provisório. A reação dos partidários de Mursi produziram grandes enfrentamentos com os militares e causaram centenas de mortes.

Nas monarquias constitucionais do Marrocos e da Jordânia, a onda de protestos da Primavera Árabe foi contida por reformas iniciadas anteriormente e pelo apoio Ocidental aos regimes governantes, que ocupam posições geopolíticas estratégicas. Nas petromonarquias da Arábia Saudita, Kuwait, Qatar, Emirados Árabes Unidos e Omã, uma combinação de repressão, concessões econômicas e apoio Ocidental levaram à contenção dos protestos, sendo o caso mais sério o do Reino Saudita. Mas em Bahrein, tais medidas não foram suficientes, e a Arábia Saudita teve de intervir militarmente neste micro-Estado liliputiano, para manter no poder um monarca sunita, cujos súditos são xiitas e privados de direitos políticos. O primeiro ministro conservador britânico, David Cameron, enquanto criticava a repressão no Egito, na Síria e na Líbia, visitava essas petromonarquias vendendo armas (dois pesos e duas medidas).

Em três países os protestos degeneraram em guerras civis extremamente violentas: Líbia, Iêmen e Síria (com prolongamentos no Líbano). Na Líbia, após semanas de perplexidade com a revolta eclodida em Benghazi (com elementos do próprio regime), Kadafi reagiu e, quando avançava sobre os rebeldes, houve intervenção da OTAN (especialmente anglo-francesa, com força aérea, armas, dinheiro e unidades de elite). Esta extrapolou Resolução do CS da ONU para “separar os beligerantes”, sendo apoiada por forças das petromonarquias e voluntários islâmicos de vários países. Após nove meses de combates, Kadafi foi assassinado após se render e implantado um novo governo pró-Ocidental.

No Iêmen, após quase um ano de violências localizadas, o presidente Salles renunciou, num pacto que manteve seu grupo no poder. Para tal desfecho contribuiu a divisão da oposição e o apoio do Ocidente e das Petromonarquias. Mas a instabilidade ainda prossegue, com atentados. Não havia outra alternativa política para as potências Ocidentais, dada a posição estratégica do Iêmen e sua luta determinada contra os grupos terroristas islâmicos.

Mas na Síria, onde o regime parecia capaz de conter os protestos da oposição e de grupos comunitários, houve uma escalada, com apoio explícito de nações européias (Inglaterra e França, especialmente), bem como das petromonarquias aos revoltosos. A Turquia também, inicialmente aliada do regime, passou a apoiar os rebeldes, que fizeram grandes avanços. Mas o veto chinês e russo a qualquer intervenção e o apoio político-militar de Moscou ao regime de Assad, bem como o temor israelense face à possível vitória da oposição cada vez mais dominada por grupos islamistas, fizeram a balança se alterar. O Hezbollah libanês e o Irã também apoiaram o regime, que estimulou os rebeldes curdos da Turquia, gerando um novo equilíbrio, com o regime recuperando posições em meados de 2013. Quase três anos de guerra civil provocaram milhares de refugiados, destruições incontáveis e novo início de desestabilização do Líbano. A continuidade do conflito interessa aos EUA e Israel, pois desgasta o Irã, um dos principais apoiadores militares da Síria.

Na Argélia, os protestos foram débeis, num país já cansado de uma guerra civil que iniciara em 1992. A Turquia, que tentou ser mediadora, modelo para novos regimes e, depois, líder da região, aliando-se ao Ocidente, passou a conhecer sua onda de protestos internos em meados de 2013, abrindo-se nova frente de instabilidade. Já o Irã, surpreendentemente, com protestos e sanções Ocidentais, logrou realizar eleições, com a vitória de um candidato moderado em 2013. O país, apesar de tudo, mantém certo equilíbrio e capacidade de negociação.

A Síria e a Guerra Civil

A Síria é localizada na Costa Leste do Mar Mediterrâneo, possuindo em seu território algumas regiões montanhosas e desérticas, além de uma zona de estepes semiáridas que cobrem mais de três quartos do país – o que permite uma relativa maior porção de terras serem usadas na agricultura em comparação a outros países da região. Por ele também corre o Rio Eufrates em direção ao Iraque, o que possibilitou a criação de uma represa e a subsequente formação de um reservatório de água, chamado de Lago Assad, o maior da Síria. Desde 2000, o país é presidido por Bashar al-Assad, filho do antigo presidente, Hafiz al-Assad.

Sua economia era quase totalmente controlada pelo Estado, o que começa a mudar sob a tutela de Bashar al-Assad. É realizada certa liberalização, incentivando investimentos e a formação de bancos. Até mesmo uma Bolsa de Valores é aberta nesse período. Entretanto, todos os efeitos das mudanças foram minimizados pelo conflito iniciado em 2011. As sanções econômicas aplicadas ao regime por outros países pioraram a situação da Síria, que já enfrentava problemas estruturais como alto desemprego, grande déficit público, rápido aumento populacional e pressão por maior disponibilidade de energia e por mais recursos hídricos para agricultura.

Durante os anos 2000, importantes eventos envolveram a Síria. Dentre eles, a retirada das tropas sírias do Líbano em 2005 – lá estacionadas desde os anos 1970, época da guerra civil libanesa –, através de uma resolução do Conselho de Segurança da ONU e o estabelecimento de relações entre o Líbano e a Síria, em 2008. Além disso, o país também esteve sendo acusado por governos ocidentais, principalmente pelos Estados Unidos, de ter relações com organizações terroristas devido a seus laços com o Hezbollah, Teerã e organizações radicais palestinas. Tais ações levaram à imposição de sanções por parte dos Estados Unidos para com a Síria. Entretanto, o grande problema para o país veio em 2011, em meio à Primavera Árabe.

Em 2011, protestos eclodiram na cidade de Da'ra, logo se alastrando para outras cidades do país. Os protestantes clamavam pelo fim do estado de emergência, pela legalização de partidos políticos e por uma maior liberalização e participação política. O governo reprimiu duramente as manifestações através do uso de tanques e do Exército, o que enfureceu ainda mais as multidões. Um tempo depois, formou-se uma oposição ao regime que também pegou em armas, o que acabou legitimando a justificativa do uso da força por parte do governo. Assad fez certas concessões, como acabar com o fim do estado de emergência. Porém, isso não foi suficiente, já que ele afirmava não ter intenção de sair do cargo, o que era clamado pela oposição. No começo de 2012, Damasco ainda aprovou um referendo instaurando uma nova Constituição que provia ao país um sistema multipartidário bem como um limite ao mandato presidencial. A oposição rejeitou-o, querendo a deposição imediata do Presidente Assad, devido ao grande número de protestantes mortos pelas forças do governo.

Ainda nesta mesma época, o enviado especial da ONU e da Liga Árabe, Kofi Annan, traçou o chamado Plano de Paz de Seis Pontos (do inglês, *six-point peaceplan*), acordado tanto pela oposição quanto pelo governo, e, portanto, recebendo a aprovação do Conselho de Segurança. Ele propunha um cessar-fogo de ambas as partes e um processo liderado pelos próprios sírios para a resolução do conflito, além de tratar de pontos como assistência humanitária, circulação de jornalistas e a soltura de presos políticos. Em abril de 2012, o plano foi colocado em prática, mas nenhum dos lados respeitou o cessar-fogo: houve relatos de que o governo vinha violando o acordado, levando a oposição a desacreditá-lo. O governo também afirmava não

poder cessar totalmente suas atividades enquanto continuava a ser atacado pela oposição, que também não respeitava o cessar-fogo.

É importante destacar que o regime de Bashar al-Assad é formado por uma minoria islâmica, a Alauíta. Estes veem a permanência no poder como algo essencial não só para o seu bem-estar futuro, mas também para a sua sobrevivência, pois são apenas cerca de 10% da população síria. Hafez al-Assad era um deles, e foi em seu regime que este grupo se tornou a nova elite. Desde então, sua manutenção política depende da posição dos Assads no poder. O regime Alauíta possui quase todos os postos de poder preenchidos por membros desse grupo, como os Guardas Republicanos Sírios e as forças de segurança e de inteligência. Outros postos governamentais geralmente possuem um administrador Alauíta em posições-chave.

Entretanto, com o passar do tempo e a continuação dos choques entre forças da oposição e do governo, o embate na Síria agravou-se. Passou de uma simples contestação popular interna para um conflito que envolve diversos outros atores e interesses regionais e internacionais e que dura até hoje, não parecendo prestes a acabar.

Na esfera interna, destacam-se o Conselho Nacional Sírio e o Exército Sírio Livre, bem como a grande massa de radicais islâmicos agora lutando no país. O Conselho Nacional Sírio (CNS) formou-se como uma coalizão de diversos grupos que se opunham a Assad, principalmente devido à influência e pressão de países que desejavam ver a oposição unida sob um único interlocutor. Deseja a queda do regime de Assad de forma legal, além de prezar pela unidade e soberania do país, rejeitando intervenções militares externas. No final de 2012, também sob pressão internacional, o CNS aceitou unir-se a outros grupos de oposição que haviam surgido, formando a Coalizão Nacional Síria, em um encontro internacional no Qatar. Em março de 2013, a Coalizão escolheu como primeiro-ministro de um governo provisório sírio Ghassan Hitto.

O Exército Sírio Livre, por sua vez, foi criado em agosto de 2011 por desertores do Exército sírio localizados na Turquia. É considerado o braço militar da oposição e une diversos tipos de combatentes armados, como dissidentes do exército, militantes islâmicos e civis armados. Utiliza-se de técnicas de guerrilha e atua em grande parte da Síria. No começo, portavam apenas armas leves, mas, com o passar do tempo, tiveram acesso a materiais bélicos mais pesados e sofisticados. Isso se deve à ajuda tanto de países ocidentais, que fornecem, declaradamente, financiamento econômico e equipamentos de comunicação, quanto de países Árabes – principalmente as monarquias do Golfo – que provêem armas e também dinheiro. Arábia Saudita e Qatar supostamente fornecem rifles automáticos, munição, lança-granadas e armas antitanque. Dinheiro também é oferecido para aqueles que passam a lutar na Síria. Diversas rotas para contrabandear tais materiais abriram-se através da Jordânia, Turquia e do Iraque. Vale destacar, entretanto, que a presença cada vez maior de militantes islâmicos radicais sendo financiados e estando presentes no conflito sírio preocupa cada vez mais países do Ocidente, que temem a tomada do Estado sírio por parte destes quando o atual regime ruir, o que poderia trazer consequências imprevisíveis para a região. Destaca-se a presença da organização al-Nusra, ligada com a al-Qaeda, que já atua grandemente em solo sírio.

Na esfera externa, percebe-se um grande conflito regional por trás dos problemas na Síria, bem como uma presença de interesses de grandes potências. No que tange à dinâmica regional, a Síria tem no Irã seu grande aliado – tendo Teerã já professado sua intenção em dar apoio a Damasco em qualquer confrontação futura com Israel. A Síria é peça-chave na política de expansão de influência iraniana e

projeção de poder no Levante, a qual está ligada também ao apoio ao Hezbollah e ao Hamas, além da sua já crescente influência junto do governo xiita no Iraque. Por vezes, Síria, Irã, Hamas e Hezbollah chamavam a si próprios de “eixo da resistência” ou “arco xiita”. Por isso, o Irã continua sendo uma importante fonte de ajuda militar ao governo sírio, além de fornecer técnicos e assessores para formulação de planos para o regime. Teerã sabe que muito está em jogo caso Assad caia: perderia não só um aliado central, como também uma rota pela qual fornece apoio a seus aliados no Líbano e na Palestina – um golpe às suas pretensões de potência regional. A possibilidade de ascensão de um governo sunita favorável a aliar-se a outros Estados árabes, ou um governo pró-Estados Unidos, piora ainda mais o cenário para o Irã

A Arábia Saudita, grande rival do Irã, visualiza uma possibilidade concreta de aumentar sua influência na região às custas da presença iraniana, caso al-Assad caia e o novo regime seja mais aberto aos interesses sauditas e ocidentais. Além da aliança entre Síria e Irã, os sauditas também temem o Iraque, devido à maioria xiita no governo do país, considerando o primeiro-ministro iraquiano, Nouri al-Maliki, um *proxy* iraniano. Riad teme a possibilidade de Teerã, Damasco e Bagdá tornarem-se um triunvirato regional estratégico contra os interesses sauditas. O fim do apoio sírio enfraqueceria o Irã e aumentaria seu isolacionismo internacional, além de rachar a possibilidade da formação de uma configuração como a recém-exposta.

É por isso que a Arábia Saudita é responsável pela grande quantidade de armas e fundos econômicos passados aos opositores de Assad. O próprio príncipe Saud al-Faisal, ministro do exterior saudita, proclamou que somente ajuda humanitária à Síria não bastava, e que armar os rebeldes era uma boa estratégia. Na mídia saudita, um oficial afirmou que Riad buscava fornecer à oposição síria os meios de eles alcançarem estabilidade e paz e para que pudessem eleger seus representantes. Destaca-se que esse apoio à oposição síria, a favor da troca de regime, é totalmente diferente da postura que os sauditas tomaram frente aos protestos populares ocorridos dentro de seu território e no dos vizinhos membros do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), como no Bahrein, onde tropas sauditas entraram sob a égide dessa organização para ajudar na supressão dos protestantes locais. A postura ocidental também é diferenciada ao tratar as revoltas populares ocorridas nas petromonarquias.

O Iraque, possuidor de uma fronteira porosa com a Síria, sofre de conflitos sectários e possui uma grande população sunita, que em sua grande parte quer ver o fim do governo xiita em seu país. No contexto que se formou com a crise na Síria, os sunitas passaram a receber apoio saudita para enviarem armas à oposição síria, visto que, para os sunitas iraquianos seria benéfico que o país vizinho, aliado dos xiitas iranianos, trocasse de governo. Da mesma forma, é dito que o governo xiita iraquiano de Nouri al-Maliki vem facilitando o apoio iraniano para o governo sírio através de rotas em seu território. Desta maneira, percebe-se que a crise na Síria deslanchou de uma simples reivindicação popular por melhoras de vida e por maior liberdade para uma guerra *proxy* entre rivalidades regionais.

Cabe ainda chamar a atenção para os recentes eventos entre a Síria e a Turquia, importante membro da OTAN envolvido no conflito. A tensão entre os países cresceu quando, em outubro de 2012, tiros de morteiros vindos da Síria mataram cinco pessoas em território turco. A Turquia, que vem deixando de lado sua política de “Zero Problemas com os Vizinhos” para adotar uma posição mais ativa nas políticas do Oriente Médio, afirmou que estaria pronta para um combate caso os eventos se repetissem. O Parlamento turco, por sua vez, aprovou uma lei autorizando o uso de tropas da Turquia através da fronteira com a Síria caso fosse necessário, além de permitir ataques contra alvos sírios. Logo após, houve diversas

demonstrações populares nas ruas, pedindo para evitar uma guerra entre ambos os países. A OTAN se reuniu em reunião de emergência sob a égide de seu artigo 4º, que preza pela integridade territorial dos seus membros, e não pelo 5º, que compromete a organização com a defesa de um membro sob ataque. Afirmando que viriam em defesa de seu aliado caso fosse necessário, a OTAN, mesmo assim, pediu cautela, visto que combates naquela região seriam complexos e intrincados. Novas tensões mais tarde ocorreram entre Síria e Turquia e ambos os países fecharam seus espaços aéreos para o outro. Como resultado, a OTAN decidiu aumentar as defesas de Ankara e deslocou baterias antiaéreas de mísseis *Patriot* para a fronteira turco-síria, que lá permanecem desde então.

Por fim, resta explorar os interesses de outros grandes países envolvidos, como a Rússia. Motivada por seus interesses nacionais, Moscou – que possui laços históricos com Damasco desde a URSS – veio em proteção à sua aliada, clamando pela estabilidade na região e tentando evitar uma interferência militar direta das potências ocidentais. Esta poderia ser encabeçada pela OTAN – como ocorreu na Líbia em 2011 – com concordância saudita e até israelense.

A proteção diplomática russa vem de dois principais motivos: a importância de manter um porto no Mediterrâneo Leste e pela questão de manutenção de controle das rotas energéticas. No Leste do Mediterrâneo, na costa síria, encontra-se o Porto de Tartus, o qual pode ser utilizado pela frota naval russa quando esta se encontra em atividade. A importância de Tartus é grande: é o único porto disponível aos russos fora do território da ex-URSS, servindo de acesso e base de projeção de poder em direção ao continente europeu através do Mediterrâneo – região historicamente vital ao Estado russo. Assim, esse porto é o último bastião para garantir influência russa direto neste mar e no mundo Árabe, que fica ameaçado caso um novo regime se negue a liberar a base para Moscou.

O outro interesse russo liga-se à questão energética, tão importante à Rússia por constituir grande parte do seu PIB e por ser parte de sua influência sobre a Europa, dependente da energia russa. Nesse quesito que também entram os interesses anglo-franceses, dois países que constantemente clamam por mais pressão contra Assad: caso o atual regime seja substituído por um mais favorável ao Ocidente, é um passo dado para aquisição de contratos europeus com o Iraque, rico em petróleo, que seria transportado para a Europa através da Síria, sem passar pelo sistema energético de oleodutos e gasodutos russos. Aqui é importante destacar a ideia do Gasoduto Islâmico, entre Síria, Iraque e Irã, que levaria gás iraniano para estes países, sendo planejado para 2011, mas interrompido graças aos problemas que surgiram; todos esses três países, ao mudarem sua postura/regime, poderiam fazer parte de uma rota de escoamento, que, se estendido, poderia chegar à Europa. É por isto que Moscou também teme a crise síria por motivos energéticos. Apesar disso, não é possível prever se a Rússia entraria em um conflito com outros países pela Síria, visto que os custos disso poderiam superar os benefícios de uma vitória no conflito.

Os Estados Unidos, por sua vez, retêm uma política mais cautelosa para com a Síria. De início, tinham fornecido apenas apoio logístico para a oposição, evitando entrar em um conflito em que não conseguiriam mais sair. Isso se dá pelo fato de Washington estar, atualmente, procurando cortar custos no Oriente Médio para focar em outras áreas estratégicas aos Estados Unidos, como o Pacífico, objetivo da administração Obama. Isso pode ser observado através da saída de Washington do Iraque e dos planos para sair do Afeganistão, bem como a liderança da missão na Líbia ter ficado para a OTAN, e não para os Estados Unidos. Entretanto, o Presidente Obama afirmou que agiria de outra forma caso o regime sírio usasse armas químicas

ou perdesse o controle destas. Durante o mês de maio de 2013, rumores de que armas químicas poderiam ter sido utilizadas pelo governo começaram a ser espalhados pela mídia internacional (RT, 2013d). Apesar da Turquia também ter encontrado grupos rebeldes sírios em seu território com suspeita de portarem armas químicas, e da ONU não ter podido confirmar quem as usou, os Estados Unidos passaram a usar de um discurso em que a *redline* imposta por Washington poderia ter sido cruzada.

No dia 25 de maio de 2013, o Secretário-geral do Partido do Hezbollah no Líbano, Hassan Nasrallah, oficialmente declarou o envolvimento deste grupo no conflito sírio, alegando que o Líbano e os xiitas eram alvos da guerra que vinha ocorrendo na Síria, já tendo sofrido ameaças de militantes rebeldes (para maiores detalhes dos motivos do Hezbollah, ver parte do Líbano) (NAZEMROAYA, 2013). Três dias após o ocorrido, os países da União Europeia votaram pelo fim do embargo de armas à Síria, utilizando-se do discurso de que pouco havia sido feito até então para ajudar na luta contra Assad e de que armas químicas haviam sido usadas pelo governo. Os armamentos serão destinados aos combatentes anti-governo da Síria, devendo começar a ser entregues a partir de agosto de 2013 (PAWLAK & CROFT, 2013). Após a decisão da União Europeia, a Rússia voltou a sinalizar que poderia entregar as baterias antiaéreas S-300 que havia acordado em contratos de venda de armamentos em momentos anteriores com o governo sírio, demonstrando uma possível resposta por parte de Moscou frente à decisão europeia (RIANOVOSTI, 2013). O recebimento de S-300 pelo governo sírio reforçaria a defesa antiaérea do país, tornando mais difícil uma intervenção militar por parte de potências exteriores.

A resposta dos Estados Unidos veio após uma vitória importante do governo de Assad, apoiadas pelo poder militar do Hezbollah. No dia 5 de junho, essas forças tomaram a cidade de Qusayr, perto da fronteira entre Síria e Líbano, um reduto dos rebeldes. Tal vitória teve um impacto importante para a situação no país, visto que há muito tempo o combate parecia estar estagnado, sem grandes avanços de nenhum dos lados. Assim, a conquista do governo foi importante, pois aparenta ter dado novo ímpeto às forças do Exército Sírio. Agora, ao lado do Hezbollah, Assad planeja avançar sobre a cidade de Aleppo, base estratégica para os rebeldes por ser perto das linhas de suprimento que tais grupos vêm recebendo da Turquia. Se estas forem interrompidas, será desferido um golpe contra aqueles que estão combatendo o regime de Assad. Foi depois desse acontecimento que os Estados Unidos tomaram uma medida mais forte em relação à Síria. No dia 14 de junho de 2013, sob alegação da confirmação do uso de armas químicas por parte do governo de Assad, Washington decide oficialmente armar a oposição, como a União Europeia já fizera.

Um dia depois, o Egito também toma medidas contra o governo de Assad, decidindo cortar relações com a Síria, fechando sua embaixada no Cairo e retirando o enviado egípcio para Damasco. O presidente egípcio, Mohamed Morsi, também clamou pela imposição de uma zona de exclusão aérea sobre a Síria para resolver o conflito que já dura mais de dois anos. O pedido de Morsi veio após a declaração de alguns diplomatas ocidentais de que Washington também estava considerando uma zona de exclusão aérea devido ao fato de Assad ter cruzado a *redline* de Washington.

Apesar do recente escalonamento das tensões, alguns dias após as declarações dos Estados Unidos, durante reunião bilateral na cúpula do G8, o Presidente Obama e o Presidente Putin acordaram realizar uma nova rodada de negociações em Genebra entre a oposição e o governo sírio, para que o conflito se resolva de forma pacífica. Pelo fato de estas negociações estarem sendo clamadas no mesmo momento em que as grandes potências decidem armar os rebeldes, há ceticismos quanto à possibilidade de algo ser resolvido nesse novo encontro. Ainda, no dia 22 de junho, em Doha,

houve nova reunião dos *Friends of Syria*, grupo de países que apoiam os rebeldes contra o regime de Assad. Nela se discutiu como seria realizado o armamento dos rebeldes, ao mesmo tempo em que se debatia a realização da nova negociação em Genebra.

Em 2013, o conflito sírio agravou-se momentaneamente e os Estados Unidos ameaçaram intervir militarmente no país. No ano anterior, o governo Obama havia afirmado que se o regime de Bashar al-Assad utilizasse suas armas químicas contra a população, Washington poderia desencadear uma intervenção à Síria – seria esta sua “linha vermelha”, que não deveria ser cruzada por Assad. Entretanto, em agosto de 2013 tais armas são usadas, ainda que não tenha ficado claro qual lado do conflito às tenham utilizado – se o governo, ou a oposição, a qual já teria tido acesso a algumas delas. Sem obter apoio do Conselho de Segurança, os Estados Unidos ameaçam com uma intervenção contra Assad, mas Obama passa a responsabilidade para o Congresso em meio a declarações da Rússia de que Moscou não permitiria que algo assim ocorresse, tendo deslocado navios para o Mediterrâneo Leste, na costa síria. Acordou-se então, por iniciativa russa, que o regime de Bashar al-Assad entregaria seu arsenal químico para que fosse destruído por forças internacionais, acordo o qual está sendo posto em prática. Parece, assim, que o avanço dos interesses dos Estados Unidos na região não seria mais incontestável.

A crise na Síria continua até hoje, envolvendo diversos atores dotados de interesses divergentes. Seja qual for o desfecho do país, grandes mudanças acontecerão, ainda mais depois de ele ter sangrado por tanto tempo.